



CONGRESSO NACIONAL

MPV 302

00076

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
05/07/07

proposição
Medida Provisória nº 302/2006

autor
Dep. Jovair Arantes

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página Artigo Parágrafo Inciso alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 17 a seguinte redação:

"Art. 17.

"Art.10.

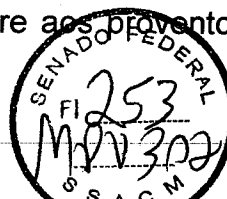
§ 1º A GIFA devida às aposentadorias e às pensões será concedida nos seguintes termos:

- a) As que vierem a ocorrer antes de transcorrido o período a que refere à parte final do **caput** deste artigo aplica-se o percentual máximo a que o servidor faria jus se estivesse em atividade;
- b) As que ocorreram antes da vigência desta Lei aplica-se o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 10.910, de 1º julho de 2004.

....." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A concessão das vantagens conferidas pela legislação sobre proventos da inatividade é devida pela PARIDADE entre ativos e inativos, de acordo com a regra Constitucional (Art. 40, § 8º). A legislação em vigor quanto a concessão da Gratificação de Atividade Tributária – GAT, confere aos proventos das aposentadorias



pensões a integralidade remuneratória.

Agora, em relação a **GIFA** é criada a distinção na concessão percentuais, pois pretende conferir apenas 50% do valor da **GIFA**.

Trata-se de gratificação cujo objetivo é abranger todos os serviços envolvidos na atividade, ainda que para tanto se aprecie também a contribuição de um ao resultado obtido (conforme RE 397872-DF, relator o ministro Carlos Brito 19.11.2004).

Em contexto dessa natureza, o legislador deve preservar a aplicação da **PARIDADE** pela extensão do valor igual das vantagens aos proventos de inativos pensões. Tem esta emenda o objetivo impedir o rompimento da isonomia entre ativos e inativos, imperativo constitucional que não pode ser afastado em razão de outra norma própria Carta (ADIn 1.835, relator o Ministro Sepúlveda Pertence, RTJ 172/439).

Por tais motivos, pede-se o endosso dos nobres Pares à emenda sob justificativa.

Sala da Comissão, em de de 2006.

PARLAMENTAR

DEP. JOVAIR ARANTES

